

ATA DA 126ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete de agosto de dois mil e dezenove, realizou-se a 126ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, no auditório da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel, Av. do Contorno, 6.664, 1º andar - Bairro Santo Antônio.

Conselheiros presentes: Patrícia de Castro Batista (SLU), Adélia Rodrigues Teixeira Rios (SMMA), Marta Alves Larcher (Ministério Público), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Ernani Ferreira Leandro (ACSCD), Antônio Carlos Ferreira de Oliveira (COPASA) e Raquel Sampaio Jacob (PUC-MINAS).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Daniel Rodrigues Nogueira (PBH Ativos), Ramon Silva Dias (SINDUSCON-MG) e Fabiano Álvares da Silva (FLOLESTE).

Ausências justificadas: Josué Costa Valadão (SMOBI), Claudius Vinícius Leite Pereira (URBEL), Pegge Sayonara Mendes (ABES-MG), Raquel Sampaio Jacob (PUC-Minas) e Rosilene Guedes Souza (CAU-MG).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, verificando o quórum, iniciou a reunião apresentando o ponto de pauta: apresentação do projeto da Rua Chile empreendimento 96 do Orçamento Participativo 2013/2014 pela Diretoria de Projetos da SUDECAP. Antes de repassar a palavra, colocou em votação a ata da 124ª Reunião Ordinária do COMUSA, aprovada com 08 (oito) votos a favor e 01 (uma) abstenção.

A palavra foi então repassada ao Diretor de Projetos da SUDECAP, Renato Pires de Oliveira para apresentação do Projeto do Empreendimento 96 do OP 13/14, Rua Chile (Várzea da Palma). A síntese dessa palestra está apresentada a seguir.

O palestrante iniciou sua apresentação mostrando que o projeto da Rua Chile faz parte da região do Várzea da Palma e está entre dois trechos de obras já executadas. O projeto já foi elaborado e a captação de recursos para execução das obras está avançada. O trecho abrangido pelo projeto corresponde ao trecho da Vila Universo. A primeira etapa de obras executou o trecho à montante na Avenida Várzea da Palma e na segunda etapa foram implantadas as Bacias de Detenção, sendo realizada também a obra de tratamento de fundo de vale da Avenida Várzea da Palma, Avenida Madri e Avenida Camões.

A região em estudo, que compreende a Vila Universo, é o trecho da Rua Chile e está localizada na Regional Venda Nova, na sub-bacia do Córrego do Nado. A intervenção abrange uma população estimada da ordem de 2 mil habitantes, compreendendo o trecho a montante da Rua Raimundo Correia até o trecho final da Rua Coronel Antônio Lopes Coelho. O empreendimento objetiva o tratamento de fundo de vale numa região onde as moradias encontram-se confinadas, não possuem sistema de coleta de esgoto sanitário nem coleta de resíduos, há solapamento das margens do córrego, processos erosivos causando assoreando, lançamento de esgoto *in natura* no leito do córrego pelos moradores e pelas próprias redes da COPASA, por falta de condições técnicas de implantação do interceptor de esgoto, travessias do córrego por pinguelas de madeira, em suma, uma área bem crítica que precisa de urgentes intervenções, porque nos períodos chuvosos a água fica represada e invade as moradias que estão construídas praticamente dentro do córrego.

Visando mitigar o problema, projetou-se o tratamento de fundo de vale, a complementação do sistema de esgotamento sanitário existente, complementação pontual do sistema de abastecimento de água e implementação das vias marginais ao canal, que possibilitará a ligação viária atualmente interrompida. Alguns trechos, onde a implantação de via não for viável por causa da declividade, por exemplo, terão escadarias visando melhoria da mobilidade dentro do bairro, estando ainda previstas ciclovias. Será implantado ainda o sistema de microdrenagem nas vias que serão urbanizadas, fazendo-se o plantio dos canteiros, paisagismo e implantação de sistema de iluminação pública com lâmpadas de led. O principal desafio a ser enfrentado é o grande contingente de famílias a serem realocadas e/ou indenizadas. Vale ressaltar que o projeto foi aprovado pela CONFORÇA em 24 de novembro de 2015, por se tratar de empreendimento do Orçamento Participativo. Assim, houve a efetiva participação popular no processo de discussão, concepção e aprovação do projeto.

As melhorias proporcionadas à população através da implantação desse empreendimento incluem a redução dos riscos de inundações, redução dos gastos com saúde pública devido à melhoria da qualidade

das águas, diminuição de contaminação por doenças de veiculação hídrica e visível melhoria da qualidade de vida da população. Em suma, um projeto de importância social, ambiental, sanitária e de mobilidade urbana.

O palestrante mostrou imagens dos trechos à montante e à jusante do empreendimento previsto, as quais já foram objeto de intervenções e ressaltou que o trecho previsto seguirá o mesmo padrão.

O valor total estimado para a intervenção é de R\$ 100 milhões, distribuídos em: R\$ 40 milhões para realização das obras; R\$ 17,5 milhões para desapropriação e remoção; R\$ 39 milhões para reassentamento com a construção de unidades habitacionais e R\$ 4 milhões para o trabalho técnico social. O prazo estimado para execução do empreendimento é de 24 meses.

Conforme dito anteriormente, o empreendimento encontra-se em fase final de captação de recursos dentro do Programa Avançar Cidades do Governo Federal, restando ainda a aprovação de recursos para viabilização das ações de reassentamento. Foi esclarecido ainda que a captação de recursos foi feita em parceria com o empreendimento da Avenida Central, o que vai garantir todo o saneamento da bacia hidrográfica do Córrego da Av. Várzea da Palma.

Encerrada a apresentação, a palavra foi franqueada aos presentes para procederem às suas perguntas.

O representante da Comissão Popular de Acompanhamento ao COMUSA, João Geraldo de Almeida, ressaltou a necessidade de agilizar o início das obras em face ao incremento populacional que se dá nas ocupações quando os moradores tomam ciência de que haverá intervenções no local e sugeriu fiscalização para as áreas.

A conselheira e representante do Ministério Público, Marta Larcher, questionou as partes prontas da obra em que o córrego foi canalizado. Perguntou se a canalização resolveu o problema das inundações nesses trechos. Questionou o porquê de não se manter o córrego em seu leito natural e recuperar as margens e a APP, visto que haverá remoção de pessoas, afirmando que estamos matando a área de preservação do córrego. Questionou, ainda, a localização da estação elevatória de esgoto que está prevista e se esta seria a melhor solução para um local tão adensado, ou se foi pensada alguma outra solução técnica. Perguntou, por fim, quantas famílias serão removidas e se já está definido o local do reassentamento.

A conselheira e representante do SINARQ-MG, Dulce Magalhães questionou se os recursos do Fundo Municipal de Saneamento cobrem desapropriações e remoções.

A palavra foi então repassada ao Diretor de Projetos da SUDECAP, Renato Pires de Oliveira, para responder aos questionamentos. Primeiramente foi esclarecido que a data de 2015 é do anteprojeto aprovado pelo CONFORÇA e que o projeto final data de 2018. O projeto foi apresentado aos moradores da região, com a participação do Secretário de Obras e Infraestrutura, Josué Costa Valadão. Além disso, realizou-se vistoria técnica no local, por causa do grande volume de resíduos sólidos lançados no leito do córrego, sendo realizado um trabalho de conscientização da população sobre os riscos do lançamento de entulho e lixo no leito do córrego, visto existirem os pontos determinados para coleta no local. Quanto à solução de projeto, foram realizados diversos estudos e verificou-se que, por questões geotécnicas, não seria viável manter o córrego em leito natural, pois acarretaria um número maior de desapropriações e remoções e ficaria difícil adotar uma nova solução diferente do que já foi executado, tanto a montante quanto a jusante do trecho em questão. Quanto aos trechos canalizados, não há registros de inundações nos mesmos. Entretanto, um problema percebido é a quantidade de sedimento carregado para a bacia de retenção. Espera-se que, com a implantação da obra, essa situação seja mitigada. Com relação aos reassentamentos, serão feitos de acordo com a Política Municipal de Habitação, sendo o trabalho realizado pela Urbel, antes, durante e após o término das obras. Ressaltou-se ainda, que será implementado um projeto de educação ambiental através do projeto técnico social e que são realizados serviços periódicos de limpeza dos córregos. É fundamental que a população entenda que a deposição de resíduos no leito do córrego não representa apenas risco de inundação, mas também risco sanitário.

A palavra foi então repassada ao secretário executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira. Em complementação, o conselheiro informou que os empreendimentos com perfil de desapropriações, pagamentos de indenizações, remoções e realocações via construção de unidades habitacionais, como a Rua Chile e a Vila Biquinhas, movimentam um grande volume de recursos que não têm como ser equacionados unicamente pelo Fundo Municipal de Saneamento - FMS, demandando captações junto ao Governo

Federal. Em alguns empreendimentos o montante necessário é de valor superior ao valor demandado para execução da obra. Assim, os recursos do FMS são utilizados como contrapartida nos financiamentos contratados junto ao Governo Federal ou mesmo instituições internacionais.

Com relação ao questionamento sobre às estações elevatórias de esgoto, cujo projeto já está pronto e já foi discutido com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e com a Diretoria de Gestão de Águas Urbanas, sua implantação viabilizará a captação de toda contribuição à montante da Vila Universo, o que acarretará melhora das condições sanitárias na região, reduzindo o incômodo e os riscos de contaminação.

O conselheiro e representante da COPASA, Antônio Ferreira confirmou que o projeto está aprovado e que a empresa está em processo de captação dos recursos para execução das obras.

A representante do Núcleo Navio Baleia, Mércia, solicitou esclarecimentos sobre os recursos adquiridos, questionando se o dinheiro que já foi garantido para uma obra, fica à disposição mesmo se houver uma demora no início de sua execução.

Em resposta, o conselheiro Ricardo Aroeira esclareceu que os pedidos de recursos são feitos para execução da totalidade do empreendimento. Esclareceu que o pleito para captação de recursos para o empreendimento em questão foi apresentado durante o mandato anterior do Governo Federal. O Governo atual se posicionou parcialmente quanto ao empreendimento, aprovando os recursos para obras, mas sem se posicionar quanto aos recursos para indenizações e produção de unidades habitacionais. A PBH continua se mobilizando para obter uma resposta do Governo Federal que viabilize a execução completa do empreendimento da Rua Chile (Av. Várzea da Palma).

O representante da Comissão Popular de Acompanhamento, João Geraldo de Almeida, solicitou que a Prefeitura fiscalize as áreas remanescentes na Avenida Belém, por estarem sendo invadidas, apesar dos esforços da liderança comunitária em conter o processo de invasão. Denunciou ainda que as famílias que foram reassentadas para execução das obras no referido local ainda não receberam a documentação dos apartamentos.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.